A Valorização da Mulher Agricultora

Berta Santos – Direcção da MARP

Em nome da MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas, começo por saudar todos os participantes neste 10º Congresso da CNA e agradecer a oportunidade de trazer a este espaço de reflexão, debate e luta uma questão que consideramos fundamental: a valorização da mulher agricultora.

Esta não é apenas uma questão das mulheres. É uma questão de justiça social, de igualdade de direitos, de desenvolvimento rural, de defesa da Agricultura Familiar e de Soberania Alimentar.

Falar da mulher agricultora é falar de trabalho, dedicação, resistência e conhecimento. É falar de mulheres que todos os dias trabalham a terra, cuidam dos animais, produzem alimentos, gerem explorações agrícolas e contribuem para a economia e a vitalidade dos territórios rurais.

Mas é também falar de mulheres cujo trabalho continua, demasiadas vezes, invisível, desvalorizado e insuficientemente reconhecido.

Apesar do seu papel essencial, as mulheres continuam a enfrentar desigualdades no reconhecimento profissional, no rendimento, no acesso à protecção social, na titularidade das explorações e na participação nos processos de decisão.

Esta realidade tem de mudar.

As mulheres sempre tiveram um papel determinante na agricultura e na Agricultura Familiar.

A esta responsabilidade juntam-se, tarefas domésticas, o acompanhamento dos filhos e o apoio aos familiares idosos.

É uma multiplicidade de tarefas que nem sempre é reconhecida como trabalho e raramente é devidamente valorizada.

Muitas mulheres trabalham diariamente nas explorações sem terem uma posição formal na sua titularidade, sem autonomia económica e sem os mesmos direitos sociais que os homens.

A mulher agricultora não é apenas a companheira que ajuda na exploração. É trabalhadora, produtora, gestora, empresária agrícola e titular de direitos. O seu contributo tem de ser reconhecido em todas estas dimensões.

Companheiras e companheiros,

A proclamação de 2026 como Ano Internacional da Mulher Agricultora, pela Organização das Nações Unidas, constitui uma oportunidade para colocar esta realidade no centro das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural.

A FAO reconhece o papel essencial das mulheres nos sistemas agro-alimentares, mas também as desigualdades que persistem.

Por isso, não basta reconhecer o seu papel em discursos e declarações institucionais. É necessário transformar esse reconhecimento em direitos efectivos e melhores condições de vida e de trabalho.

É neste contexto que a MARP coloca algumas questões:

O que foi efectivamente feito em Portugal para assinalar este Ano Internacional? Que iniciativas foram desenvolvidas? Que conquistas concretas foram alcançadas? Que medidas foram adoptadas para melhorar as condições de vida e de trabalho das mulheres agricultoras?

Queremos respostas claras. Queremos resultados concretos na vida das mulheres agricultoras.

A Segurança Social é uma das principais desigualdades que atinge as mulheres agricultoras.

Sabemos que as pequenas e médias explorações agrícolas têm rendimentos muito baixos, insuficientes para suportar todos os encargos da actividade e as contribuições para a Segurança Social de todos os elementos da família que nela trabalham.

Sabemos também que a titularidade das explorações continua a ser maioritariamente masculina.

Quando surgem dificuldades financeiras, na maioria das vezes são as mulheres que deixam de fazer os descontos para a Segurança Social.

Esta situação tem consequências profundamente injustas: anos de trabalho na agricultura podem traduzir-se numa velhice sem direito a uma pensão própria ou com uma reforma muito baixa.

Mas as consequências vão mais longe. A falta de contribuições compromete também a protecção em situações de doença, maternidade e parentalidade.

Esta situação não é aceitável.

Quem contribui para a produção de riqueza tem de ter protecção social. Quem dedica uma vida à agricultura não pode chegar à reforma sem uma pensão digna.

Reafirmamos e defendemos:

A criação de medidas específicas que incentivem o registo das mulheres agricultoras e a sua titularidade plena ou partilhada das explorações agrícolas. É fundamental que as mulheres que trabalham na exploração tenham também reconhecimento, autonomia económica e capacidade de decisão.

Condições mais justas na Segurança Social para o segundo elemento do agregado familiar que trabalha na exploração agrícola.

Um regime específico para a Agricultura Familiar que equipare o segundo elemento do agregado ao cônjuge, com uma taxa contributiva bonificada de 50%, sendo metade do valor da contribuição apoiada pelo Orçamento do Estado, sem perda de direitos sociais.

Não pedimos privilégios. Reivindicamos justiça, igualdade e reconhecimento de trabalho efectivamente realizado.

A MARP promoveu em Julho, no âmbito da preparação deste Congresso, em Ansiães, no concelho de Amarante, a iniciativa «Mulheres da terra em roda de conversa», que reuniu dezenas de mulheres, num importante momento de partilha e construção de propostas para o futuro.

Estas propostas devem integrar uma política pública mais ampla de valorização da mulher agricultora, que garanta:

- O acesso das mulheres à terra e à titularidade das explorações;
- O acesso aos apoios agrícolas, ao crédito e ao investimento;
- A formação profissional e o acesso à inovação e às novas tecnologias;
- Melhores serviços públicos e respostas sociais nos territórios rurais;
- O acesso à saúde, aos transportes, às creches e ao apoio à população idosa;
- A participação efectiva das mulheres nas organizações agrícolas e nos processos de decisão.

É indispensável que as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, nomeadamente a PAC, integrem verdadeiramente a igualdade de género.

As mulheres têm de participar não apenas como destinatárias das políticas, mas também na sua definição e concretização.

Valorizar a mulher agricultora é defender a Agricultura Familiar.

Não podemos falar da valorização da mulher agricultora sem olhar para as dificuldades que atravessa actualmente a nossa agricultura.

O ano de 2026 tem sido marcado pelo agravamento das dificuldades económicas e sociais.

Os aumentos dos combustíveis, dos fertilizantes e de outros factores de produção representam mais um golpe na sustentabilidade das pequenas e médias explorações.

A situação é particularmente preocupante para a Agricultura Familiar.

Quando os custos aumentam e os preços pagos aos produtores continuam baixos, é a Agricultura Familiar que suporta os prejuízos. Sendo frequentemente as mulheres as mais penalizadas, abdicando de rendimentos próprios, de contribuições para a Segurança Social e até de condições de descanso e de conciliação entre a vida profissional e familiar.

Por isso, a valorização da mulher agricultora exige também uma política agrícola que defenda os pequenos e médios agricultores.

A MARP, enquanto organização filiada na CNA, apoia as suas reivindicações e exige do Governo medidas eficazes para combater a crise e o apoio aos agricultores perante o aumento dos custos de produção, preços justos à produção e acesso aos mercados.

Defender a mulher agricultora é defender uma agricultura com rendimento, com direitos e com futuro.

Companheiras e companheiros,

A valorização da mulher agricultora tem de ser uma prioridade permanente das políticas agrícolas e sociais e da luta das organizações representativas dos agricultores.

Não haverá verdadeira igualdade no Mundo Rural enquanto as mulheres continuarem a trabalhar sem reconhecimento, sem independência económica e sem protecção social adequada.

Não haverá desenvolvimento rural sustentável se continuarmos a desvalorizar quem assegura uma parte essencial da produção alimentar e da vida.

E não haverá futuro para a Agricultura Familiar sem condições dignas para as mulheres e homens que nela trabalham.

Precisamos de políticas públicas que apoiem os pequenos e médios agricultores, de melhores serviços nos territórios rurais e de medidas concretas que permitam às mulheres permanecer na agricultura, com dignidade e com direitos.

Precisamos também de organizações agrícolas mais representativas, onde as mulheres tenham voz, participem e assumam responsabilidades.

Termino reafirmando a confiança na força da Agricultura Familiar e no papel insubstituível das mulheres na defesa da produção nacional e dos territórios rurais.

O 10º Congresso da CNA deve ser um espaço de afirmação desta luta. Que daqui saia uma posição firme em defesa dos direitos das mulheres agricultoras.

Por uma mulher agricultora com direitos, com voz, com autonomia e com dignidade!

Pela valorização da Agricultura Familiar!

Por uma agricultura com futuro e por um Mundo Rural vivo!

Viva o 10º Congresso! Viva a CNA!